

Carlos Alberto Pereira de Castro  
João Batista Lazzari

# MANUAL DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- Regime Geral de Previdência Social
- Regimes Próprios de Previdência Social
- Quadros-Resumo das principais informações de cada benefício
- Jurisprudência atualizada
- Índice alfabético-remissivo

Mais de **100.000**  
exemplares vendidos

**17ª edição**

revista, atualizada e ampliada

Conforme a legislação em vigor até fevereiro de 2015



# SUMÁRIO

<b>ABREVIATURAS</b> .....	XXXVII
---------------------------	--------

## **PARTE I**

### **INTRODUÇÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

<b>Capítulo 1 – O Estado e a proteção social ao trabalhador</b> .....	3
1.1    Prólogo .....	3
1.2    O surgimento da noção de proteção social.....	5
1.3    A mútua assistência e a caridade .....	5
1.4    A assistência social estatal.....	6
1.5    A formação do conceito de bem-estar social .....	7
1.6    Evolução da previdência social – Do modelo de Bismarck ao modelo de Beveridge .....	12
<b>Capítulo 2 – Fundamentos da previdência social</b> .....	19
2.1    A intervenção do Estado e a dignidade da pessoa humana .....	19
2.2    A solidariedade social .....	21
2.3    A compulsoriedade da filiação.....	22
2.4    A proteção aos previdentes .....	23
2.5    A redistribuição de renda.....	24
2.6    O risco social.....	26
2.7    Da previdência à segurança social.....	27

<b>Capítulo 3 – Modelos de previdência social</b> .....	29
3.1 Sistemas contributivos e não contributivos .....	30
3.2 Sistemas contributivos de repartição e capitalização .....	31
3.3 Sistemas privados de previdência .....	32
3.4 O sistema de pilares .....	33
<b>Capítulo 4 – A evolução da proteção social no Brasil</b> .....	37
4.1 Primeiras regras de proteção .....	38
4.2 A Lei Eloy Chaves .....	39
4.3 Os institutos de classe .....	41
4.4 Da criação do INPS à Constituição de 1988 .....	43
4.5 A Constituição de 1988 e a Seguridade Social .....	45
4.6 A criação do INSS e as primeiras reformas .....	47
4.7 A Emenda Constitucional n. 20, de 1998 .....	49
4.8 O fator previdenciário e o novo período básico de cálculo .....	52
4.9 As Emendas Constitucionais ns. 41 e 42, de 2003 .....	54
4.10 A Emenda Constitucional n. 47, de 2005 .....	54
<b>Capítulo 5 – O Direito Previdenciário</b> .....	57
5.1 Conceito e objeto de estudo .....	57
5.2 Autonomia científica .....	59
5.3 Classificação perante a divisão didático-enciclopédica do Direito .....	60
5.4 Relação do Direito Previdenciário com outros ramos do Direito .....	62
5.5 Fontes do Direito Previdenciário .....	64
<b>Capítulo 6 – Aplicação das normas de Direito Previdenciário</b> .....	71
6.1 Antinomias e critérios de solução .....	72
6.2 Lacunas do ordenamento e sua solução .....	73
6.3 Interpretação das normas .....	75
6.4 Vigência e eficácia das normas no tempo .....	76
6.5 Vigência e eficácia das normas no espaço .....	77
6.6 Acordos Internacionais de Previdência Social firmados pelo Brasil .....	78
<b>Capítulo 7 – Princípios do Direito Previdenciário</b> .....	87
7.1 Princípios gerais de Direito Previdenciário .....	88

7.2 Princípios constitucionais da Seguridade Social .....	90
7.3 Princípios específicos de custeio .....	93
7.4 Princípios específicos de Previdência Social .....	97
<b>Capítulo 8 – Regimes previdenciários</b> .....	103
8.1 O Regime Geral de Previdência Social – RGPS .....	103
8.2 Regimes de previdência de agentes públicos ocupantes de cargos efetivos e vitalícios .....	104
8.3 Regime Previdenciário Complementar .....	106
8.4 Regime dos Militares das Forças Armadas .....	110
<b>PARTE II</b>	
<b>A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA</b>	
<b>Capítulo 9 – A organização da Seguridade Social</b> .....	115
9.1 Sistema Nacional de Seguridade Social .....	115
9.2 Ministérios da área da Seguridade Social .....	116
9.3 Instituto Nacional do Seguro Social – INSS .....	117
9.4 Gestão descentralizada .....	118
9.5 Conselho Nacional da Seguridade Social – CNSS .....	119
9.6 Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS .....	119
9.7 Conselhos de Previdência Social – CPS .....	121
9.8 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS .....	123
9.9 Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC .....	125
9.10 Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS .....	126
9.11 Conselho Administrativo de Recursos Fiscais .....	129
<b>Capítulo 10 – Relação jurídica de custeio</b> .....	133
10.1 Definição da relação obrigacional .....	133
10.2 Autonomia da relação de custeio .....	134
10.3 Identidade com a relação obrigacional tributária .....	135
<b>Capítulo 11 – Contribuintes da Seguridade Social</b> .....	137
11.1 Segurados da Previdência Social .....	138
11.2 Empresa e entidades equiparadas .....	140
11.3 Matrícula da empresa, do produtor rural pessoa física e do segurado especial .....	141

11.4	Empregador doméstico.....	143
11.5	Apostadores de concursos de prognósticos.....	144
<b>Capítulo 12 – Relação jurídica de seguro social.....</b>		<b>145</b>
12.1	Definição da relação de Seguro Social.....	145
12.2	Vinculação da relação previdenciária com a filiação.....	147
12.3	Natureza jurídica da relação de Seguro Social.....	149
<b>Capítulo 13 – Segurados do Regime Geral de Previdência Social ...</b>		<b>155</b>
13.1	Segurados – Definição.....	155
13.2	Segurados obrigatórios.....	155
13.2.1	Empregado urbano e rural.....	157
13.2.2	Empregado doméstico.....	169
13.2.3	Contribuinte individual.....	171
13.2.4	Trabalhador avulso.....	175
13.2.5	Segurado especial.....	177
13.3	Segurado facultativo.....	184
13.4	A menoridade e a filiação como segurado.....	186
13.5	Aposentado que retorna à atividade.....	188
<b>Capítulo 14 – Filiação dos segurados.....</b>		<b>189</b>
<b>Capítulo 15 – Manutenção e perda da qualidade de segurado.....</b>		<b>195</b>
<b>Capítulo 16 – Dependentes.....</b>		<b>201</b>
<b>Capítulo 17 – Inscrição dos segurados e dependentes.....</b>		<b>215</b>
17.1	Inscrição dos segurados.....	216
17.1.1	Inscrição de segurado <i>post mortem</i> .....	220
17.2	Inscrição de dependentes.....	223

### PARTE III

#### CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL

<b>Capítulo 18 – Sistema de financiamento da Seguridade Social.....</b>		<b>229</b>
18.1	Sistema contributivo.....	232
18.2	Participação da União.....	233

18.3	Contribuições sociais.....	234
18.3.1	Conceituação.....	235
18.3.2	Natureza jurídica.....	236
18.3.3	Características gerais.....	237
18.4	Outras receitas da Seguridade Social.....	239
<b>Capítulo 19 – Contribuições ao Sistema.....</b>		<b>241</b>
19.1	Salário de contribuição.....	241
19.2	Salário-base.....	244
19.3	Contribuição do segurado empregado, doméstico e trabalhador avulso.....	245
19.4	Contribuição do segurado contribuinte individual e facultativo.....	249
19.5	Contribuições das empresas.....	256
19.5.1	Contribuição sobre a folha de pagamento.....	256
19.5.2	Contribuição sobre a remuneração paga aos segurados contribuintes individuais e trabalhadores avulsos.....	261
19.5.3	Contribuição em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho – GILRAT.....	265
19.5.3.1	Fator Acidentário de Prevenção – FAP.....	268
19.5.3.2	Contribuição para o financiamento da aposentadoria especial.....	275
19.5.4	Contribuição sobre a receita e o faturamento.....	277
19.5.5	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.....	277
19.5.6	PIS/PASEP.....	286
19.5.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.....	289
19.5.8	Contribuições das microempresas e empresas de pequeno porte – o SIMPLES NACIONAL.....	290
19.6	Contribuições do importador de bens e serviços do exterior.....	298
19.7	Contribuições decorrentes do trabalho prestado em obras de construção civil.....	301
19.7.1	Conceito de obra de construção civil.....	302
19.7.2	Obrigações previdenciárias do sujeito passivo na obra de construção civil.....	303

19.7.3	Aferição indireta das contribuições.....	307
19.7.4	Apuração de salário de contribuição contido em nota fiscal de serviço/fatura.....	308
19.7.5	Apuração de salário de contribuição com base na área construída e no padrão da obra.....	308
19.7.6	Retenção na construção civil.....	309
19.8	Contribuição dos clubes de futebol profissional.....	309
19.9	Contribuição do empregador doméstico.....	311
19.10	Contribuição do produtor rural pessoa física e do segurado especial.....	313
19.11	Contribuição do empregador rural pessoa jurídica.....	317
19.12	Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos.....	319
19.13	Contribuições destinadas a terceiros.....	320
<b>Capítulo 20 – Isenção das contribuições para a Seguridade Social.....</b>		<b>323</b>
20.1	Requisitos para a isenção.....	325
20.2	Requerimento e deferimento da isenção.....	328
20.3	Alcance da isenção.....	328
20.4	Revisão da isenção.....	329
<b>Capítulo 21 – Remissão e anistia.....</b>		<b>331</b>
<b>Capítulo 22 – Regras gerais de arrecadação e fiscalização.....</b>		<b>335</b>
22.1	Competência dos órgãos de arrecadação e fiscalização.....	335
22.2	Arrecadação e recolhimento das contribuições.....	336
22.3	Obrigações acessórias.....	343
22.4	Prerrogativas da fiscalização.....	354
22.5	Inadimplemento e acréscimos moratórios.....	357
22.6	Restituição de contribuições, compensação e reembolso de benefícios.....	362
22.6.1	Restituição de contribuições e compensação.....	362
22.6.2	Reembolso de benefícios.....	368
22.7	Parcelamento de débitos.....	369
<b>Capítulo 23 – Responsabilidade solidária e por substituição tributária.....</b>		<b>377</b>
23.1	Construção Civil.....	378
23.2	Grupo econômico.....	381

23.3	Responsabilidade dos sócios e titulares.....	382
23.4	Tomador de serviços.....	383
23.5	Administradores públicos.....	388
23.6	Operador portuário e órgão gestor de mão de obra.....	389
<b>Capítulo 24 – Decadência e prescrição das contribuições à seguridade social.....</b>		<b>391</b>
24.1	O conflito de normas: Lei de Custeio e CTN.....	392
24.2	A decadência na exigibilidade de contribuições.....	394
24.3	A prescrição do direito de cobrança dos créditos.....	397
24.4	Prescrição na restituição e compensação de contribuições... ..	399
24.5	Prazo para pleitear a desconstituição de exigência fiscal....	400
<b>Capítulo 25 – Prova de regularidade fiscal.....</b>		<b>401</b>
<b>Capítulo 26 – Processo Administrativo Fiscal.....</b>		<b>409</b>
26.1	Constituição do crédito da Seguridade Social.....	409
26.1.1	Notificação de Lançamento – NL.....	415
26.1.2	Auto de Infração – AI.....	416
26.2	Tramitação e julgamento.....	418
26.3	Depósito recursal – exigibilidade.....	421
<b>Capítulo 27 – Dívida ativa: inscrição e execução judicial.....</b>		<b>423</b>
<b>Capítulo 28 – Execução de Contribuições à Seguridade Social na Justiça do Trabalho.....</b>		<b>441</b>
28.1	A responsabilidade pelos recolhimentos.....	455
28.2	Condição da União na lide trabalhista.....	460
28.3	Legislação aplicável.....	462
28.4	Créditos executáveis.....	463
28.5	As prerrogativas da União.....	468
28.6	Apuração do valor devido.....	469
28.7	O procedimento da execução.....	471
28.8	A Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.....	477
<b>Capítulo 29 – Dos crimes contra a Previdência Social.....</b>		<b>481</b>
29.1	O Regime da Lei n. 9.983/2000.....	481
29.2	Apropriação indébita previdenciária.....	482

29.2.1	Inocorrência da <i>abolitio criminis</i> da conduta prevista no art. 95, <i>d</i> , da Lei n. 8.212/91 .....	488
29.2.2	Constitucionalidade .....	489
29.2.3	Tipo objetivo .....	491
29.2.4	Tipo subjetivo .....	491
29.2.5	Consumação e tentativa .....	492
29.2.6	Sujeito ativo .....	493
29.2.7	Sujeito passivo .....	494
29.2.8	Crime continuado .....	495
29.2.9	Ação penal .....	495
29.2.10	Extinção da punibilidade .....	497
29.2.11	Perdão judicial .....	499
29.2.12	Dificuldades financeiras .....	501
29.2.13	Princípio da insignificância .....	502
29.2.14	Prisão por dívida .....	504
29.3	Inserção de dados falsos em sistema de informações .....	504
29.4	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações .....	505
29.5	Sonegação de contribuição previdenciária .....	505
29.6	Divulgação de informações sigilosas ou reservadas .....	508
29.7	Falsidade documental .....	508
29.8	Falsificação de documento público .....	509
29.9	Violação de sigilo funcional .....	509
29.10	Equiparação a funcionário público .....	510
29.11	Estelionato previdenciário .....	510

## PARTE IV

### PRESTAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

<b>Capítulo 30 – Introdução</b> .....	515
<b>Capítulo 31 – Concessão da prestação previdenciária</b> .....	519
31.1 Suspensão do benefício .....	523
31.2 Cancelamento do benefício .....	525
31.3 Processo Administrativo Previdenciário .....	528

<b>Capítulo 32 – Períodos de carência</b> .....	541
<b>Capítulo 33 – Cálculo do valor dos benefícios</b> .....	555
33.1 Salário de benefício e período básico de cálculo .....	556
33.1.1 Atividades concomitantes .....	563
33.1.2 Majorações decorrentes de sentença trabalhista .....	567
33.1.3 Fórmula de cálculo do salário de benefício .....	568
33.2 Fator previdenciário .....	569
33.3 Regras de transição para aplicação do fator previdenciário .....	573
33.4 Afastamento da incidência do fator previdenciário na parcela referente ao tempo de serviço especial .....	574
33.5 Renda mensal inicial .....	575
33.6 Valor-limite dos benefícios .....	580
<b>Capítulo 34 – Reajustamento e revisão do valor dos benefícios</b> .....	581
34.1 Aplicação da variação da ORTN/OTN na atualização dos salários de contribuição dos benefícios concedidos antes da CF de 1988 .....	584
34.1.1 Impossibilidade de obtenção dos processos concessórios .....	585
34.1.2 Interrupção da prescrição em face da propositura de ação civil pública .....	586
34.2 Aplicação da Súmula n. 260 do ex-TFR na transformação de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez .....	587
34.3 Aplicação do IRSM de fevereiro de 1994 .....	589
34.4 Aplicação do novo teto dos benefícios fixados pelas Emendas Constitucionais ns. 20/98 e 41/2003 .....	590
34.5 Primeiro reajuste após a concessão do benefício .....	592
34.6 Apuração da RMI do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez: art. 29, II da Lei n. 8.213, de 1991 .....	593
34.7 Revisão com base na concessão do benefício mais vantajoso, ainda que anterior à data de entrada do requerimento .....	596
34.8 Inclusão do Décimo Terceiro como Salário de Contribuição para cálculo do salário de benefício .....	599
34.9 Ampliação do período básico de cálculo do salário de benefício .....	601
34.10 Inclusão do adicional de 25% ao aposentado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa .....	604

34.11	Utilização do tempo especial convertido para comum no coeficiente de cálculo da aposentadoria por idade .....	605
34.12	Salário de benefício pela média dos 36 últimos salários de contribuição e não incidência do fator previdenciário nas aposentadorias por tempo de contribuição concedidas com base nas regras de transição da EC n. 20/98 .....	606
34.13	Teses superadas .....	610
34.13.1	Reajustes pelo salário mínimo de referência .....	610
34.13.2	Atualização monetária dos doze últimos salários de contribuição para os benefícios concedidos anteriormente à Constituição de 1988 .....	610
34.13.3	Súmula n. 260 do extinto TFR para benefícios que não o auxílio-doença .....	611
34.13.4	Autoaplicabilidade do art. 202, <i>caput</i> , da Constituição de 1988 – Diferenças decorrentes do reajustamento dos benefícios concedidos entre 5.10.88 e 5.4.91 (art. 144, parágrafo único, da Lei n. 8.213/91) .....	611
34.13.5	Aplicação do art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias .....	612
34.13.6	Manutenção do valor real dos benefícios/equivalência do valor dos benefícios em número de salários mínimos .....	613
34.13.7	Valor mínimo dos benefícios .....	614
34.13.8	Gratificação natalina de 1988/1989 .....	614
34.13.9	URP de fevereiro de 1989 .....	615
34.13.10	Salário mínimo de junho de 1989 .....	615
34.13.11	Expurgos inflacionários .....	615
34.13.12	Reajuste de setembro de 1991 – Abono da Lei n. 8.178/91 .....	616
34.13.13	Reajustes quadrimestrais – IRSM – Leis ns. 8.542/92 e 8.700/93 .....	616
34.13.14	Conversão dos benefícios para URV – Lei n. 8.880/94 .....	617
34.13.15	Reajustamento dos benefícios pelos índices integrais do IGP-DI nos meses de junho de 1997, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003 .....	618
34.13.16	Revisão da renda mensal da pensão por morte .....	618
34.13.17	Demais revisões decorrentes da Lei n. 9.032/95 .....	620
34.13.18	Salário de benefício de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença – Art. 29, § 5º, da Lei n. 8.213/91 .....	620

<b>Capítulo 35 – Pagamento dos benefícios</b> .....	623
35.1 Pagamento feito a terceiros .....	626
35.2 Intangibilidade do valor do benefício .....	627
35.3 Acumulação de benefícios .....	631
<b>Capítulo 36 – Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais</b> .....	635
36.1 Evolução histórica da proteção acidentária .....	635
36.2 Conceito de acidente do trabalho .....	638
36.3 Doenças ocupacionais .....	642
36.4 Nexo causal e concausalidade .....	644
36.5 Aspectos da proteção previdenciária à vítima de acidente .....	652
36.6 A Comunicação do Acidente de Trabalho – CAT .....	654
36.7 Responsabilidade civil da empresa e do empregador doméstico por acidente do trabalho .....	656
36.7.1 Com fundamento na responsabilidade subjetiva do empregador .....	657
36.7.2 Com fundamento na responsabilidade objetiva do empregador .....	657
36.7.3 A teoria do risco social – Cobertura pela Previdência Social .....	658
36.7.4 Responsabilidade penal .....	658
36.7.5 Sanções administrativas .....	658
36.8 Direito à indenização por acidente de trabalho .....	659
36.9 Ação regressiva previdenciária .....	677
36.10 Estabilidade do empregado acidentado .....	680
<b>Capítulo 37 – Benefícios em espécie</b> .....	685
37.1 Aposentadoria no RGPS .....	685
37.1.1 Direito à desaposentação .....	687
37.1.1.1 Despensão .....	692
37.1.2 Reaposentação com base em novo implemento de requisitos .....	693
37.1.3 Aposentadoria e vínculo de emprego .....	695
37.2 Aposentadoria por idade .....	701
37.2.1 Aposentadoria por idade do trabalhador rural .....	703
37.2.2 Aposentadoria por idade “mista” ou “híbrida” da Lei n. 11.718/2008 .....	709

37.3	Aposentadoria por tempo de serviço .....	716
37.4	Aposentadoria por tempo de contribuição.....	718
37.4.1	Aposentadoria do professor.....	723
37.4.1.1	A aposentadoria do professor e a aplicação do fator previdenciário .....	725
37.4.2	Aplicação dos novos critérios para aposentadoria ...	727
37.5	Aposentadoria especial .....	728
37.5.1	Conversão do tempo de serviço/contribuição.....	747
37.5.2	Conversão do tempo especial de professor em tempo comum .....	751
37.6	Aposentadoria especial aos segurados portadores de deficiência .....	753
37.7	Aposentadoria por invalidez .....	759
37.7.1	Da possibilidade de transformação da aposentadoria por invalidez em aposentadoria por idade .....	773
37.8	Auxílio-doença.....	775
37.9	Auxílio-acidente .....	803
37.10	Pensão por morte.....	813
37.11	Auxílio-reclusão.....	833
37.12	Salário-maternidade.....	842
37.13	Salário-família .....	855
37.14	Abono anual.....	859
37.15	Benefício de Prestação Continuada ao Idoso e ao Deficiente – LOAS .....	860
<b>Capítulo 38 – Benefícios extintos .....</b>		<b>873</b>
38.1	Renda mensal vitalícia .....	873
38.2	Auxílio-natalidade .....	874
38.3	Auxílio-funeral .....	875
38.4	Pecúlio .....	875
38.5	Abono de permanência em serviço .....	876
38.6	Aposentadorias diferenciadas.....	876
<b>Capítulo 39 – Serviços .....</b>		<b>879</b>
39.1	Serviço Social.....	879
39.2	Habilitação e reabilitação profissional .....	880

<b>Capítulo 40 – Tempo de contribuição para fins previdenciários .....</b>		<b>885</b>
40.1	Prova do tempo de contribuição.....	890
40.2	Reconhecimento do tempo de filiação.....	894
40.3	Atividade rural e o regime de economia familiar.....	896
40.4	Aluno-aprendiz.....	902
40.5	Efeitos das decisões trabalhistas frente ao INSS.....	904
40.5.1	O Art. 55 da Lei de Benefícios e o Princípio de Aptidão para a Prova. A Inconstitucionalidade pela Afronta ao Princípio da Ampla Defesa.....	906
40.6	Contagem recíproca do tempo de contribuição.....	910
40.7	Justificação Administrativa.....	914
40.8	Cabimento da ação declaratória para reconhecimento de tempo de contribuição.....	917
<b>Capítulo 41 – Prescrição e decadência em matéria de benefícios.....</b>		<b>919</b>
41.1	Prescrição do direito a prestações.....	919
41.2	Decadência do direito à revisão do cálculo de benefício previdenciário.....	923
41.3	Aplicação do prazo de decadência nas ações para reconhecimento de tempo de contribuição.....	926
41.4	Prazo para revisão de benefício antecedente em caso de pensão por morte.....	930
41.5	Da possibilidade de interrupção do prazo decadencial para revisão do ato de concessão nos casos de requerimento administrativo.....	931
41.6	Hipóteses de aplicação do prazo de decadência na via administrativa.....	933
41.7	Prazo decadencial para o INSS rever seus Atos .....	934
41.8	Conclusões sobre os institutos da prescrição e da decadência.....	937
<b>Capítulo 42 – Ações previdenciárias .....</b>		<b>939</b>
42.1	Competência para as ações previdenciárias .....	940
42.1.1	Prestações comuns previdenciárias .....	941
42.1.2	Competência Federal delegada.....	942
42.1.3	Prestações acidentárias.....	943
42.1.4	Causas referentes ao benefício assistencial.....	945
42.1.5	Ações envolvendo benefícios de entidades fechadas de previdência complementar.....	946



42.2	Prévio ingresso na via administrativa.....	948
42.3	Juizados Especiais Cíveis na Justiça Federal .....	951
42.3.1	Competência dos JEFs .....	954
42.3.2	Valor da causa.....	956
42.3.3	Renúncia .....	957
42.3.4	Legitimidade .....	958
42.3.5	Sentença líquida .....	959
42.3.6	Recursos.....	959
42.3.6.1	Recurso de Medida Cautelar ou Antecipação de Tutela .....	961
42.3.6.2	Recurso da Sentença (Recurso Inominado) .....	962
42.3.6.3	Incidente Regional de Uniformização de Jurisprudência.....	965
42.3.6.4	Incidente Nacional de Uniformização de Jurisprudência .....	967
42.3.6.5	Incidente de Uniformização de Jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.....	971
42.3.7	Cumprimento da sentença .....	977
42.3.8	Aplicação da lei dos JEFs em caso de delegação de competência .....	978
42.3.9	Nulidades.....	980
42.3.10	Custas e honorários advocatícios .....	980
42.4	Pagamentos devidos pelo INSS .....	983
42.4.1	Evolução legislativa.....	983
42.4.2	Requisição de Pequeno Valor (RPV) .....	985
42.4.3	Pagamento por precatório.....	986
42.4.4	Complemento positivo .....	987
42.5	Idosos e portadores de doença grave.....	988
42.6	Coisa Julgada Previdenciária.....	989
42.7	Execução do Julgado.....	993

## PARTE V

### REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

<b>Capítulo 43 – Introdução.....</b>	999
<b>Capítulo 44 – Histórico .....</b>	1007

<b>Capítulo 45 – Aspectos Gerais dos Regimes Próprios.....</b>	1011
<b>Capítulo 46 – Principais pontos das Reformas Constitucionais.....</b>	1023
<b>Capítulo 47 – Custeio dos Regimes Próprios .....</b>	1033
<b>Capítulo 48 – Regras de Aposentadoria dos Regimes Próprios .....</b>	1041
48.1 Aposentadoria por invalidez permanente.....	1050
48.2 Aposentadoria Compulsória por Idade.....	1058
48.3 Aposentadoria Voluntária .....	1061
48.3.1 Aposentadoria por idade.....	1067
48.3.2 Aposentadoria por tempo de contribuição.....	1067
48.3.3 Regras de transição para a aposentadoria voluntária .....	1070
48.4 Aposentadorias Especiais.....	1079
48.5 Tempo de Contribuição no Serviço Público.....	1086
48.5.1 Contagem recíproca de tempo de contribuição.....	1088
48.5.2 Contagens fictícias .....	1092
48.6 Prazo para ação revisional de aposentadoria.....	1093
<b>Capítulo 49 – Pensão por Morte nos Regimes Próprios .....</b>	1095
<b>Capítulo 50 – Reajustamento do Valor dos Benefícios.....</b>	1107
<b>Capítulo 51 – Direito Adquirido nos Regimes Próprios .....</b>	1113
<b>Capítulo 52 – Previdência Complementar para Servidores Públicos.....</b>	1119

## PARTE VI

### TENDÊNCIAS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

<b>Capítulo 53 – A Globalização e o Estado Contemporâneo .....</b>	1133
<b>Capítulo 54 – As Mudanças no Direito Comparado.....</b>	1145
<b>Capítulo 55 – A previdência brasileira e suas características.....</b>	1155
<b>Capítulo 56 – Perspectivas da Seguridade Social Brasileira – A Experiência do Fórum Nacional da Previdência Social.....</b>	1165
56.1 Aprimoramento do atendimento ao público .....	1187

56.2	Maior comunicação da previdência com os segurados do INSS, informando dados de interesse destes.....	1187
56.3	Censo previdenciário ou pesquisa de amostragem.....	1188
56.4	Combate à informalidade e inclusão previdenciária.....	1188
56.5	Pleito aos ministérios da educação e da cultura, de inclusão, no ensino fundamental/médio, de conteúdos de discussão e informação sobre a seguridade social.....	1189
56.6	Criação de formas de maior controle de atividades profissionais, com a exigência de comprovação de regularidade de contribuições à seguridade social.....	1189
56.7	Campanha maciça para a conscientização da sociedade, no sentido de que a previdência social é um bem necessário.....	1190
56.8	Modernização da gestão da informação.....	1190
56.9	Comunicabilidade entre todos os cadastros de programas sociais e bancos de dados públicos.....	1191
56.10	Incremento da atuação na cobrança da dívida previdenciária e imprescritibilidade da cobrança de contribuições em casos de sonegação fiscal e apropriação indébita.....	1191
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....		1201

## ANEXOS

<b>1. Súmulas e Enunciados de interesse em matéria previdenciária</b> ....	1213
Súmulas do Supremo Tribunal Federal.....	1217
Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal.....	1219
Súmulas do Tribunal Federal de Recursos (extinto pela Constituição Federal de 1988).....	1220
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.....	1222
Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho.....	1227
Orientações Jurisprudenciais da SBDI-1 do TST.....	1231
Orientações Jurisprudenciais da SBDI-1 do TST (Transitórias).....	1234
Orientações Jurisprudenciais da SBDI-2 do TST.....	1235
Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios Coletivos (SDC) do TST.....	1236
Precedentes Normativos do TST.....	1236
Súmulas do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região.....	1236

Súmulas do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região.....	1238
Súmulas do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região.....	1239
Súmulas do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região.....	1240
Súmulas do Tribunal Regional Federal da 5.ª Região.....	1243
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região.....	1243
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 3.ª Região.....	1244
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região.....	1245
Súmula do Tribunal Regional do Trabalho da 5.ª Região.....	1246
Súmula do Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região.....	1246
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 8.ª Região.....	1246
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região.....	1247
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região.....	1248
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 12.ª Região.....	1248
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 13.ª Região.....	1249
Súmula do Tribunal Regional do Trabalho da 14.ª Região.....	1250
Súmula do Tribunal Regional do Trabalho da 15.ª Região.....	1250
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 17.ª Região.....	1250
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 18.ª Região.....	1251
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 20.ª Região.....	1251
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 22.ª Região.....	1252
Súmulas da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais.....	1252
Questões de Ordem da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais.....	1257
Súmulas da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da 2.ª Região.....	1260
Súmulas da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da 4.ª Região.....	1261
Súmula da Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado do Acre – AC – 1.ª TR.....	1261
Súmulas da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais das Seções Judiciárias dos Estados de Amazonas e Roraima – AM-RR – 1.ª TR.....	1261
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado da Bahia.....	1262
Súmulas da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal.....	1263

Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo.....	1264
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Maranhão.....	1267
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais – Enunciados Unificados.....	1267
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Piauí.....	1269
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro.....	1270
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.....	1275
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.....	1276
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Rondônia.....	1277
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina.....	1278
Súmulas das Turmas Recursais Reunidas dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina.....	1279
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo.....	1280
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe.....	1282
Súmulas da turma Recursal da Seção Judiciária do Tocantins TR-TO.....	1283
Enunciados aprovados pelo Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais – FONAJEF.....	1284
Enunciados da I Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho.....	1292
Súmulas da Advocacia-Geral da União.....	1294
Enunciados do Conselho de Recursos da Previdência Social.....	1297

<b>2. Informações complementares sobre contribuições e benefícios previdenciários.....</b>	<b>1301</b>
Códigos de interpretação dos benefícios concedidos pelo INSS.....	1303
Quadros-Resumo dos Benefícios do RGPS.....	1305
Quadros-Resumo dos Benefícios do RPPS.....	1334
A – Aposentadoria Voluntária.....	1334
B – Aposentadoria Compulsória.....	1340

C – Aposentadoria por Invalidez.....	1341
D – Pensão por Morte.....	1342
E – Previdência Complementar dos Servidores Públicos.....	1343
Fluxograma do processo administrativo.....	1345
Quadros-Resumo dos Recursos.....	1351
Recursos no Âmbito dos Juizados Especiais Federais.....	1351
Recurso de Medida Cautelar ou Antecipação de Tutela.....	1351
Recurso da Sentença (Recurso Inominado).....	1351
Incidente Regional de Uniformização de Jurisprudência.....	1354
Incidente Nacional de Uniformização de Jurisprudência.....	1356
Incidente de Uniformização de Jurisprudência Dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.....	1359
Agravo Regimental.....	1361
Mandado de Segurança.....	1361
Recurso de Apelação – Rito Ordinário.....	1362
Recurso Especial – Rito Ordinário.....	1364
Recurso Extraordinário.....	1366
Tabelas de contribuições mensais.....	1370
Contribuições de segurados empregados, inclusive domésticos e trabalhadores avulsos.....	1370
Contribuições dos segurados contribuintes individuais e facultativos.....	1373
Tabela de Incidência.....	1375
Contribuição sobre a produção rural a partir de 1.º.11.1991.....	1382
Contribuições Devidas pela Agroindústria, Produtores Rurais (pessoa jurídica e física), Consórcio de Produtores, Garimpeiros, Empresas de Captura de Pescado.....	1384
Tabela de alíquotas por códigos FPAS.....	1388
Benefícios.....	1391
Tabela de carência – Art. 142 da Lei n.º 8.213/1991.....	1393
Tabela de Conversão do Tempo Trabalhado em Atividade Especial.....	1394
Tabelas de Conversão aprovadas pelo Decreto nº 8.145, de 3 de dezembro de 2013.....	1394
Tabela de enquadramento do período trabalhado em atividade especial.....	1396
Tabela de reajustes de benefícios.....	1397
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 03 de dezembro de 2007 até 30 de novembro de 2008.....	1398

Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2008 até 30 de novembro 2009 .....	1398
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2009 até 30 de novembro de 2010 .....	1399
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2010 até 30 de novembro de 2011 .....	1399
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2011 até 30 de novembro de 2012 .....	1400
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2012 até 1º de dezembro de 2013 .....	1400
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 02 de dezembro de 2013 .....	1401
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2013 .....	1402
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2014 .....	1405
Fator Previdenciário 2010 (Tabela IBGE 2008) .....	1406
Fator Previdenciário 2011 (Tabela IBGE 2009) .....	1407
Fator Previdenciário 2012 (Tabela IBGE 2010) .....	1408
Fator Previdenciário 2013 (Tabela IBGE 2011) .....	1409
Fator Previdenciário 2013 (Tabela IBGE 2011) .....	1410
Fator Previdenciário 2014 (Tabela IBGE 2012) .....	1411
Fator Previdenciário 2014 (Tabela IBGE 2012) .....	1412
Fator Previdenciário 2015 (Tabela IBGE 2013) .....	1413
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO</b> .....	<b>1415</b>